

**PROCESSO** - A.I. Nº 129712.0002/21-4  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDA** - LOJAS RENNER S.A.  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 1º JJF nº 0140-01/21-VD  
**ORIGEM** - IFEP COMÉRCIO  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET 19/01/2022

**1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO CJF Nº 0351-11/21-VD**

**EMENTA:** ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS COMO NÃO TRIBUTÁVEIS. Autuado reconheceu que realizou operações de saídas de mercadorias tributáveis como não tributáveis. Afastada a exigência fiscal relativa ao período em que já havia decaído o direito da Fazenda Pública em exigir o crédito tributário. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Ofício em razão de a decisão de piso ter julgado Procedente em Parte o Auto de Infração em lide, lavrado em 04/03/2021, o qual formaliza a exigência de ICMS no valor total de R\$721.757,72, em decorrência da falta de recolhimento do ICMS, em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas (02.01.03), ocorrido nos meses janeiro a setembro de 2016, acrescido de multa de 60%, prevista na alínea “a”, do inciso II, do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

O autuado apresentou defesa das fls. 30 a 34 (frente e verso). Explicou que a ciência da lavratura do presente Auto de Infração ocorreu em 29/03/2021 e que a exigência dos créditos tributários referentes aos períodos de janeiro e fevereiro de 2016 já se encontravam plenamente extintos pela decadência, nos termos do § 4º, do art. 150 do CTN.

Reconheceu parte da exigência fiscal relativa ao período de março a setembro de 2016, recolhendo o valor de R\$609.136,24. Considerou a multa aplicada como atentatório aos princípios constitucionais da vedação ao confisco, da razoabilidade e da proporcionalidade. Requereu que as intimações sejam enviadas para seus patronos indicados à fl. 34.

A autuante apresentou informação fiscal à fl. 73. Disse que não lhe cabe analisar a decadência arguida pelo autuado.

Após a devida instrução processual, a 1ª Junta de Julgamento Fiscal assim decidiu:

**VOTO**

*Inicialmente, verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõem o auto de infração, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.*

*O presente auto de infração, consiste na exigência de ICMS, em razão do autuado ter praticado operações tributáveis como não tributáveis.*

*Assiste razão ao autuado em relação à arguição de decadência do direito da Fazenda Pública em exigir o crédito tributário neste auto de infração, em relação aos fatos geradores ocorridos em janeiro e fevereiro de 2016. De acordo com o Ofício PGE/PROFIS/NCA nº 03/2017, acolhido pelo Gabinete do Procurador Geral do Estado, conforme Parecer GAB LSR 09/2017, devido a reiteradas decisões judiciais, é sugerido que a Administração Fazendária reformule suas rotinas de trabalho, a fim de que a notificação regular do contribuinte acerca do lançamento de ofício se ultime ainda no curso do prazo decadencial, e que seja reconhecido, ainda na esfera administrativa, que o lançamento do crédito tributário somente se considere concretizado, para fins de afastamento do cômputo decadencial, quando efetuada a respectiva intimação ao contribuinte.*

*O autuado declarou a ocorrência do fato jurídico tributário e apurou o montante do imposto supostamente devido. Na presente reclamação de crédito, não ficou caracterizada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação praticada pelo autuado, que justificasse a diferença exigida. Desse modo, com fundamento no § 4º do art. 150 do CTN, conta-se o prazo decadencial a partir da data de ocorrência do fato gerador, até a data da ciência do auto de infração pelo autuado.*

*A ciência do autuado acerca da lavratura do presente auto de infração, somente ocorreu no dia 29/03/2021,*

*conforme documento acostado à fl. 22. Desse modo, já havia decaído o direito da Fazenda Pública exigir os créditos tributários referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2016. Sendo, portanto, excluída deste auto de infração a exigência fiscal desse período.*

*O autuado reconheceu a procedência da exigência fiscal relativa ao período de março a setembro de 2016, realizando o pagamento do valor principal de R\$609.136,24, conforme cópia de comprovante à fl. 32 (verso).*

*Da análise do demonstrativo analítico da apuração do imposto devido, das fls. 10 a 20, observo que a presente exigência fiscal decorre das saídas de calçados realizadas pelo autuado sem tributação, como se as mercadorias estivessem submetidas ao regime de substituição tributária. Foi discriminado, por período de apuração, todos os itens com indicação individual da base de cálculo, da alíquota e do valor do imposto devido, permitindo ao autuado o pleno exercício de seu direito de defesa.*

*Desse modo, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, ficando reduzida a exigência fiscal para R\$609.136,24, em razão da decadência do direito da Fazenda Pública em exigir o crédito tributário referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2016, devendo ser homologado o pagamento efetuado pelo autuado, nos termos do extrato anexado à fl. 76.*

Nos termos do art.169, inciso I, alínea “a” do RPAF/99, a 1ª Junta de Julgamento Fiscal recorreu de ofício da presente decisão para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF.

### VOTO

O Auto de Infração imputa ao sujeito passivo o cometimento de falta de recolhimento do ICMS, em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas (02.01.03), ocorrido nos meses janeiro a setembro de 2016, acrescido de multa de 60%, prevista na alínea “a”, do inciso II, do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

De início, informo que não merece qualquer reparo a decisão de piso. Conforme restou demonstrado na instrução do presente processo administrativo fiscal, relativo a cobrança do ICMS das saídas de calçados realizadas pelo autuado sem tributação, como se as mercadorias estivessem submetidas ao regime de substituição tributária, o contribuinte só tomou ciência da lavratura em 29/03/2021, restando decaídos os períodos autuantes de janeiro e fevereiro de 2016.

Ressaltou o julgador de piso que:

*O autuado declarou a ocorrência do fato jurídico tributário e apurou o montante do imposto supostamente devido. Na presente reclamação de crédito, não ficou caracterizada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação praticada pelo autuado, que justificasse a diferença exigida.*

Assim, é inconteste o acerto do julgador na aplicação do quanto disposto no art. 150, §4º do CTN.

Quanto aos valores que remanesceram, impende destacar que o contribuinte reconheceu os valores atinentes aos meses de março a setembro de 2016, procedendo com o devido pagamento, conforme cópia do comprovante anexado à fl. 32.

Deste modo, diante do quanto exposto, voto pelo Não Provimento do Recurso de Ofício, mantendo inalterada a decisão de piso que julgou PROCEDENTE EM PARTE o Auto de Infração, ficando reduzida a exigência fiscal para R\$609.136,24, com a aplicação da decadência em comento.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e manter a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **129712.0002/21-4**, lavrado contra **LOJAS RENNEN S.A.**, devendo ser intimado o recorrido, para efetuar o pagamento de ICMS no valor de **R\$609.136,24**, acrescido de multa de 60%, prevista na alínea “a”, do inciso II, do art. 42 da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado o pagamento efetuado pelo autuado, nos termos do extrato anexado à fl. 76.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 07 de dezembro de 2021.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

LAÍS DE CARVALHO SILVA – RELATORA

